

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS**

PMSPA/SECAD
Proc. nº 498/2023
Folha nº _____
Rub. _____

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II

ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Entende-se que a Proposta de Trabalho é a demonstração do conjunto dos elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada para caracterizar o perfil da unidade e o trabalho técnico gerencial definido no objeto da Seleção.

A Proposta de Trabalho deverá ser apresentada em forma física e em mídia digital que não permita edição, devendo ambas ser idênticas.

A versão impressa deverá ser apresentada em volumes não encadernados com, no máximo, 300 páginas cada, com dupla furação central.

A numeração das páginas deverá ser sequencial para todos os volumes do Programa de Trabalho.

A versão eletrônica deverá apresentada em mídia digital contendo pastas com a designação estabelecida neste Roteiro (C1, C2, C3 e C4).

Título

Proposta de Trabalho para Organização, Administração e Gerenciamento do Pronto Socorro Municipal Dr. José Seve Neto, conforme Edital de Seleção nº XX/XXXX.

1. Proposta de Modelo Gerencial/Assistencial (C1)

Este item deverá caracterizar o Modelo Gerencial e Assistencial do Pronto Socorro Municipal Dr. José Seve Neto - PSMJSN e deverá conter os seguintes tópicos:

- a. Organograma;
- b. Protocolos e organização de atividades assistenciais para atender ao Termo de Referência e seus subitens;
- c. Protocolos e organização do Serviço de Farmácia;
- d. Atividades de Apoio;
- e. Atividades Administrativas e Financeiras;
- f. Apresentação de regulamento próprio contendo os procedimentos que

adotará para a contratação de serviços e obras necessários à execução do Contrato de Gestão, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público;

- g.** Apresentação da Política de Gestão de Pessoas a ser praticada, inclusive com os critérios que serão utilizados para a seleção de pessoal;
- h.** Apresentação do dimensionamento de recursos humanos estimados, com o preenchimento do quadro abaixo, conforme o termo de referência.

CATEGORIA	CARGA HORÁRIA/SEMANA	QUANTIDADE	SALÁRIO BASE	REMUNERAÇÃO TOTAL	TOTAL
TOTAL					

*Remuneração Total consiste na soma do salário base com os encargos trabalhistas

2. Proposta de Atividades Voltadas para Qualidade (C2)

As propostas de atividades voltadas à qualidade deverão estar orientadas a obter e garantir a melhor assistência possível, dado o nível de recursos e tecnologia existentes. O ente interessado estabelecerá em sua oferta, entre outras:

- a.** Proposta de funcionamento das Comissões Técnicas que implantará nas Unidades e solicitadas no Termo de Referência, especificando: perfil dos membros componentes, objetivos, metas e frequência de reuniões;
- b.** Organização do Serviço de Arquivo de Prontuários do Usuário;
- c.** Monitoramento de indicadores de desempenho de qualidade e de produtividade, dentre outros;
- d.** Sistemáticas de aplicação de ações corretivas de desempenho a partir do monitoramento acima;
- e.** Proposta de Serviço de Atendimento ao Usuário e Pesquisa de Satisfação;
- f.** Proposta de Educação Permanente;
- g.** Sustentabilidade ambiental quanto ao descarte de resíduos;
- h.** Sistemática de monitoramento e garantia da qualidade da Informação;
- i.** Outras iniciativas e Programas de Qualidade, implantado ou em desenvolvimento pela Organização Social: apresentar um plano de organização específico com definição de alcance, metodologia, cronograma de implantação, orçamento previsto, etc.

3. Qualificação Técnica da OS e/ou da equipe técnica. (C3)

- a. Certificar experiência anterior em gestão de serviços de pronto atendimento ou urgência e emergência, mediante comprovação através de declarações legalmente reconhecidas;
- b. Certificar experiência anterior em gestão de serviços de saúde públicos compatíveis com o objeto do Contrato de Gestão;
- c. Análise de currículos e comprovantes do responsável técnico médico do serviço a ser prestado e dos ocupantes dos postos correspondentes aos dois primeiros níveis do organograma do Pronto Socorro.

4. Proposta Econômica (C4)

A Proposta Econômica deverá ser apresentada no quadro de Despesas de Custeio e Investimento conforme Anexo D do Termo de Referência, apontando o volume de recursos financeiros alocados para cada tipo de despesa ao longo de cada mês de execução do Contrato de Gestão.

A proposta deverá conter a relação de equipamentos que serão objeto das Despesas de Investimento, por necessitar de reposição ou incorporação tecnológica, de forma a atender a RDC 07 de 24/02/2010 da ANVISA.

Para tanto, a Proponente poderá utilizar as informações apuradas na Visita Técnica da Unidade.

5. Observações

A Proposta de Trabalho, a Proposta de Incremento de Produção e a Proposta Econômica, constarão como obrigações da CONTRATADA e servirão como linha de base para as medições mensais, trimestrais e semestrais, feitas pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Gestão.

ANEXO III

PARÂMETROS PARA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

1. O Programa de Trabalho para gestão do Pronto Socorro Municipal Dr. José Seve Neto - PSMJSN, baseado nas especificações e condições previstas no Termo de Referência, será analisado e pontuado conforme o quadro abaixo:

2. Serão desclassificados os Programas que:
 - a. Obtiverem pontuação igual a 0 (zero) em qualquer um dos Critérios
 - b. Não atenderem às exigências deste Edital;
 - c. Contiverem uma estimativa de despesas para custeio das atividades do Pronto Socorro Municipal Dr. José Seve Neto - PSMJSN, com valores manifestamente inexequíveis.
 - d. No julgamento da Pontuação Técnica para a definição da Nota Técnica (NT) será considerado o somatório dos resultados obtidos por cada fator de avaliação, conforme fórmula a seguir:

$$NT = C1 + C2 + C3$$

2.1. O julgamento do Programa de Trabalho será definido através do ITP (Índice Técnico da Proposta), que consistirá no resultado da apuração obtida na Nota Técnica (NT), dividida pela pontuação Maior de Nota Técnica (MNT) dentre todas as propostas:

$$ITP = \frac{NT}{MNT}$$

2.2. No julgamento das Propostas para a definição da Nota de Preço (NP) serão avaliados os Preços Propostos (PP) para o custeio anual pelos participantes da seleção, em relação à Proposta de Menor Preço (MP), conforme fórmula a seguir:

$$NP = \frac{MP}{PP} \times 10$$

3. A classificação das propostas far-se-á pela média ponderada das Propostas Técnicas e Econômicas, mediante a aplicação da seguinte fórmula com os respectivos pesos:

PROPOSTA TÉCNICA: PESO = 70

PROPOSTA DE PREÇOS: PESO = 30

$$A = \frac{((ITP \times 70) + (NP \times 30))}{100}$$

Onde:

A= Avaliação

ITP= Índice Técnico da Proposta

NP = Nota de Preço

4. Avaliação: será obtida pela média aritmética das Avaliações obtidas.
5. Será declarada vencedora do processo de seleção a entidade classificada, cuja avaliação obtenha a maior pontuação dentre as demais pontuações totais.

ANEXO IV

CRITÉRIOS E MATRIZ PARA AVALIAÇÃO/ JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Item C1: PROPOSTA DE MODELO GERENCIAL/ ASSISTENCIAL

No conjunto da Proposta corresponde a 30 pontos.

Avalia a adequação da Proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da unidade. Observa os meios sugeridos, resultados e cronogramas.

Item C2: PROPOSTA DE ATIVIDADES VOLTADAS À QUALIDADE

No conjunto da Proposta equivale a 30 pontos.

Expressa e promove meios para a obtenção de nível ótimo de desempenho dos serviços para a eficácia das ações de assistência e a Humanização das relações entre equipe profissional, usuários da unidade e comunidade.

Item C3: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

No conjunto da Proposta equivale a 40 pontos.

Identifica a capacidade gerencial demonstrada por experiências anteriores bem sucedidas, habilidade na execução das atividades, meio de suporte para a efetivação das atividades finalísticas assistenciais, com profissionais habilitados, na busca de desenvolvimento para a saúde coletiva.

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO Nº XXX/202X

Contrato de Gestão nº XXX/202X que entre si celebram o Município de São Pedro da Aldeia, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e XXXXXXXXXXXXXXXX, qualificada como Organização Social de Saúde no âmbito do Município, para operacionalizar a gestão compartilhada e executar as ações e os serviços de saúde no Pronto Socorro Municipal Dr Jose Seve Neto.

Pelo presente instrumento particular, de um lado, o Município de São Pedro da Aldeia, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede nesta cidade à Avenida Getúlio Vargas, 354, Centro, São Pedro da Aldeia, RJ, CEP: 28941-122, representada por seu(ua) Secretário(a), XXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXX, expedida pelo XXXXXX, e CPF nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro, a XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, com endereço à XXXXXXXXXXXX, nº XX, Cidade, Estado, CEP: xxxxx-xxx, neste ato representado por seu representante legal xxxxxxxxxxxxxxxxx, na qualidade de xxxxxxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxx, expedida pelo xxxx, e CPF nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, por meio do Processo Administrativo nº 498/2023, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 154 de 16 de novembro de 2023, considerando o Edital de Chamamento Público nº XX/2024 e correspondente ato de Homologação publicado no xxxxxxxxxxxx, em conformidade com a diretriz e princípios do Sistema Único de Saúde, emanadas pelo Ministério da Saúde, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE GESTÃO** referente ao apoio ao gerenciamento e execução das atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Pronto Socorro Municipal Dr Jose Seve Neto, ficando permitido o uso do respectivo equipamento de saúde pelo período de vigência do presente **CONTRATO DE**

GESTÃO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objetivo a operacionalização da gestão compartilhada e a execução de ações e serviços de saúde a serem prestados pela CONTRATADA no Pronto Socorro Municipal Dr. Jose Seve Neto, localizado no Município de São Pedro da Aldeia, RJ à Rua Prefeito Waldir da Silva Lobo, 02, Morro do Milagre, em tempo integral, que assegure assistência universal e gratuita à população.

Parágrafo Primeiro - A execução do presente **CONTRATO DE GESTÃO** será de responsabilidade da **CONTRATADA**, observadas todas as condições aprovadas na Proposta Técnica, no Edital e nos demais diplomas legais.

Parágrafo Segundo - Fazem parte integrante deste **CONTRATO DE GESTÃO** o Edital de Seleção e todos seus Anexos, principalmente:

- I - Termo de Referência;
- II - Termo de Permissão de Uso;
- III - Normas para Transferências de Recursos Financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PERMISSÃO DE USO DE BENS: Conforme disposto no Termo de Permissão de Uso, o imóvel de propriedade do Município de São Pedro da Aldeia, referente ao Pronto Socorro Municipal Dr. Jose Seve Neto, e os bens móveis nele contidos, têm o seu uso permitido pela **CONTRATADA** durante a vigência do presente **CONTRATO DE GESTÃO**, nos termos da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 154 de 16 de novembro de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A **CONTRATADA** compromete-se a:

- I - Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis da atenção;
- II - Comunicar à fiscalização do CONTRATO DE GESTÃO, por escrito e tão logo constatado, todas as intercorrências que colocam em risco a execução das atividades, objetivando a adoção das providências cabíveis;
- III - Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da

legislação aplicável;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens e outros insumos necessários à prestação dos serviços, objeto do Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do funcionamento irregular ou do emprego de materiais inadequados ou desconformes com as especificações. Manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;

V - Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na Seleção Pública;

VI - Assegurar a organização, administração e gerenciamento do Pronto Socorro Municipal Dr. Jose Seve Neto, objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO, por meio de técnicas adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física da referida Unidade e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos (materiais) e medicamentos necessários à garantia do seu pleno funcionamento;

VII - Prestar os serviços de saúde que estão especificados nos Anexos do Edital, de acordo com o estabelecido neste CONTRATO DE GESTÃO e nos exatos termos da legislação pertinente ao Sistema Único de Saúde, especialmente o disposto na Lei nº. 8080, de 19 de setembro de 1990, com observância dos princípios veiculados pela legislação, e em especial:

- a)** Universalidade de acesso aos serviços de saúde;
- b)** Gratuidade da assistência, sendo vedada a cobrança em face de usuários ou seus representantes, responsabilizando-se a CONTRATADA por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;
- c)** Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
- d)** Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- e)** Direito de informação às pessoas assistidas, sobre sua saúde;
- f)** Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e sua utilização pelo usuário;
- g)** Fomento dos meios para participação da comunidade;
- h)** Prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos

equipamentos do modo adequado e eficaz.

VIII - Na prestação dos serviços descritos no item anterior, a CONTRATADA deve observar:

- a) Respeito aos direitos dos usuários, atendendo-os com dignidade de modo universal e igualitário;
- b) Manutenção da qualidade na prestação dos serviços;
- c) Respeito a decisão do usuário em relação ao consentimento ou recusa na prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
- d) Garantia do sigilo dos dados e informações relativas aos usuários;
- e) Esclarecimento dos direitos dos usuários, quanto aos serviços oferecidos;
- f) Responsabilidade civil e criminal pelo risco de sua atividade;
- g) Inserção obrigatória dos procedimentos autorizados e dos medicamentos dispensados nos protocolos terapêuticos estabelecidos pelas instâncias Municipal, Federal e Estadual.

IX - Apoiar e integrar o complexo regulador da Secretaria Municipal de Saúde.

X - Valer-se, para a contratação de pessoal, de critérios objetivos e claros e observar as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e as previdenciárias.

XI - Contratar serviços de terceiros para atividades acessórias e de apoio, sempre que necessário, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes.

XII - Responsabilizar-se, civilmente, por qualquer tipo de dano causado por seus agentes, especialmente materiais, morais e estéticos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração. A CONTRATADA também é a exclusiva responsável por eventuais danos oriundos de relações com terceiros, como por exemplo, fornecedores e prestadores de serviços.

XIII - A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais, oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

XIV - Quando demandada pela Secretaria Municipal de Saúde, e de comum acordo entre as partes, colocar em operação serviços ou Unidades Assistenciais, para atendimento nas situações de urgência ou emergência e calamidades, não previstos no Anexo I do Edital. Visando à prestação dos serviços mencionados nesse item, o CONTRATO DE GESTÃO poderá ser aditivado em valor e prazo a serem acordados entre as partes.

XV - Providenciar seguro contra incêndio, danos, avarias e responsabilidade civil para o prédio e bens móveis indispensáveis ao funcionamento do bem imóvel cedido. A contratação do seguro deve contemplar a descrição dos bens a serem segurados, as coberturas pretendidas e a garantia contra perda total ou parcial dos bens sinistrados.

XVI - Adotar o símbolo e o nome designativo da Unidade de Saúde, cujo uso lhe for permitido.

XVII - Administrar o imóvel e os bens móveis que tiverem o uso permitido, em conformidade com o disposto no Termo de Permissão de Uso (Anexo VII do Edital) que deve definir as responsabilidades da CONTRATADA, até sua restituição ao Poder Público.

XVIII - Termo de Permissão de Uso especificará os bens, o estado de conservação e definirá as responsabilidades da CONTRATADA quanto à sua guarda e manutenção.

XIX - A instalação de bens móveis ou imobilizados na Unidade, objeto da permissão de uso, assim como as benfeitorias realizadas, serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade de retenção ou retirada, sem a prévia autorização do Poder Público.

XX - Os equipamentos e o instrumental necessário para a realização dos serviços contratados deverão ser mantidos pela CONTRATADA em perfeitas condições.

XXI - Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes, que porventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos deste CONTRATO DE GESTÃO, ou recebidos em doação para instalação na Unidade, serão automaticamente incorporados ao patrimônio do Município de São Pedro da Aldeia, devendo a CONTRATADA entregar à CONTRATANTE a documentação necessária

ao processo de regularização da incorporação dos referidos bens.

XXII - As aquisições de materiais e equipamentos permanentes serão efetuadas por meio da transferência de recursos financeiros oriundos deste CONTRATO DE GESTÃO, estimadas no item “investimento” da Planilha de Despesas de Custeio e Investimento. As aquisições devem ser incorporadas e patrimoniadas pela Secretaria Municipal de Saúde, devendo a CONTRATADA apresentar os documentos e informações pertinentes, tão logo realize a aquisição.

XXIII - Deverá ser realizada a atualização cadastral do Mobiliário, Materiais e Equipamentos Permanentes e de Informática, por meio de inventário de todos os equipamentos existentes, informando sua localização, o nome e o tipo do equipamento, assim como seu número de patrimônio. O mobiliário, materiais e equipamentos permanentes e de Informática adquiridos com recursos do CONTRATO DE GESTÃO, também deverão ser objeto de patrimônio pelo órgão designado pelo Município de São Pedro da Aldeia.

XXIV - Deverá ser mantida na Unidade uma ficha histórica com as intervenções sofridas nos equipamentos ao longo do tempo, especificando o serviço e as peças substituídas.

XXV - Deverão ser enviadas à Secretaria Municipal de Saúde cópias de todos os contratos de prestação de serviços firmados pela Organização Social, devidamente assinados, já na prestação de contas referente ao primeiro trimestre do CONTRATO DE GESTÃO.

XXVI - Restituir ao Poder Público o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores repassados, em caso de rescisão do presente CONTRATO DE GESTÃO.

XXVII - No caso do item anterior, a CONTRATADA deverá transferir, integralmente, à CONTRATANTE os legados ou doações que lhe foram destinados, benfeitorias, bens móveis e imobilizados instalados na Unidade de Saúde, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação dos serviços de assistência à saúde.

XXVIII - Disponibilizar, permanentemente, toda e qualquer documentação para auditoria do Poder Público, inclusive os seguintes comprovantes:

a) Pagamento de salários a empregados, incluídas as horas-extras devidas e

outras verbas que, em razão da percepção da habitualidade, devem integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso.

- b)** Pagamento de vale-transporte e o auxílio-alimentação de seus empregados, quando couber.
- c)** Anotações em carteiras de trabalho de seus empregados; e
- d)** Recolhimento de tributos, contribuições e encargos, incluindo aqueles relativos aos empregados vinculados ao contrato.

XXIX - A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débitos relativos a créditos tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CND), Certificado de regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos perante a Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

XXX - Responsabilizar-se, integralmente, pela contratação e pagamento do pessoal necessário à execução dos serviços inerentes às atividades da CONTRATADA, ficando esta como única responsável pelo pagamento dos encargos sociais e obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações, presentes ou futuras.

XXXI - Uma vez constatada a existência de débitos previdenciários e trabalhistas, decorrentes da execução do presente CONTRATO DE GESTÃO pela CONTRATADA, que resulte no ajuizamento de demandas judiciais, com a inclusão do Município de São Pedro da Aldeia no polo passivo como responsável subsidiário, a CONTRATANTE reterá das parcelas vincendas, o correspondente ao montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

XXXII - A retenção prevista no item XXXI será realizada na data do conhecimento pela CONTRATANTE da existência de demandas judiciais, em especial de ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários ou relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos empregados da CONTRATADA para consecução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO.

XXXIII - A retenção somente será liberada com o trânsito julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou

do débito previdenciário ou trabalhista pela CONTRATADA.

XXXIV - Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas nos itens anteriores, a CONTRATANTE efetuará o pagamento devido nas demandas judiciais ou dos encargos previdenciários e trabalhistas, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA.

XXXV - Ocorrendo o término do CONTRATO DE GESTÃO sem que tenha se dado a decisão final das demandas judiciais, de ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo, depois do trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida.

XXXVI - Abrir conta corrente bancária específica para a movimentação dos recursos provenientes do presente CONTRATO DE GESTÃO.

XXXVII - Manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer do CONTRATO DE GESTÃO, e disponibilizar extrato, mensalmente, à CONTRATANTE.

XXXVIII - Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor.

XXXIX - Não distribuir, sob nenhuma forma, lucros ou resultados entre seus diretores ou empregados.

XL - Encaminhar à CONTRATANTE para publicação em jornal local de grande circulação ou informativo São Pedro da Aldeia, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura deste CONTRATO DE GESTÃO, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de serviços, obras e aquisições necessários à execução do CONTRATO DE GESTÃO, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, de acordo com o que prescreve Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 154 de 16 de novembro de 2023, de forma atender aos princípios constitucionais do caput do art. 37 da Constituição Federal, especialmente aos da publicidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

XLI - Responsabilizar-se, integralmente, por todos os compromissos assumidos

neste CONTRATO DE GESTÃO.

XLII - Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados no Pronto Socorro Municipal Dr. Jose Seve Neto - PSMJSN, disponibilizando, a qualquer momento à CONTRATANTE e às auditorias do SUS, as fichas de atendimento dos usuários, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e a segurança dos serviços prestados na Unidade.

XLIII - Apresentar à CONTRATANTE, até o 10º dia do mês seguinte, Relatórios Gerenciais e comprovantes, na forma que lhes for indicada pela CONTRATANTE.

XLIV - Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO.

XLV - Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados.

XLVI - Consolidar a imagem do Pronto Socorro Municipal Dr. Jose Seve Neto - PSMJSN, como centro de prestação de serviços públicos da rede assistencial do Sistema Único de Saúde, comprometido com sua missão de atender às necessidades terapêuticas dos usuários, primando pela qualidade da assistência.

XLVII - Devolver à CONTRATANTE, depois do término de vigência deste CONTRATO DE GESTÃO, toda área, equipamentos, instalações e utensílios, em perfeitas condições de uso, respeitando o desgaste natural pelo tempo transcorrido, substituindo aqueles que não mais suportarem recuperação.

XLVIII - Os bens móveis permitidos em uso poderão ser permutados por outro de igual ou maior valor, que passam a integrar o patrimônio do Município, depois de prévia avaliação e expressa autorização da CONTRATANTE.

XLIX - Implantar, depois de prévia aprovação da Secretaria Municipal de Saúde, um modelo normatizado de pesquisa de satisfação pós-atendimento.

L - Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no

prazo máximo de 30 dias úteis.

LI - Não adotar nenhuma medida unilateral de mudanças na carteira de serviços, nos fluxos de atenção consolidados, nem na estrutura física da Unidade, sem prévia ciência e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

LII - O balanço e os demonstrativos financeiros anuais da CONTRATADA devem ser elaborados de acordo com as regras de contabilidade privada, obedecido o disposto na Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 154 de 16 de novembro de 2023.

LIII - Ao final de cada exercício financeiro, a CONTRATADA apresentará ao órgão supervisor a prestação de contas, contendo, em especial, relatório de gestão, balanço e demonstrativos financeiros correspondentes, devendo ser elaborada em conformidade com o CONTRATO DE GESTÃO e demais disposições normativas sobre a matéria.

LIV - Encaminhar, semestralmente, a relação de processos judiciais em que a CONTRATADA figure como ré e que contenham pretensões indenizatórias, bem como as decisões que lhes foram desfavoráveis e os valores das condenações.

LV - Observar na prestação dos serviços:

- a)** respeito aos direitos dos usuários, atendendo-os com dignidade de modo universal e igualitário;
- b)** manutenção da qualidade na prestação dos serviços;
- c)** respeito à decisão do usuário em relação ao consentimento ou recusa na prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
- d)** garantia do sigilo dos dados e informações relativas aos usuários;
- e)** garantia que o usuário será atendido no acolhimento apenas pelo profissional de saúde para toda e qualquer informação;
- f)** esclarecimento dos direitos aos usuários, quanto aos serviços oferecidos.

LVI – Realizar, por meio de seus profissionais médicos, a prescrição de medicamentos de acordo com as listas de medicamentos estabelecidas pela SESAU, padronizadas pelo SUS e os protocolos clínicos.

LVII - Observar, durante todo o prazo do contrato de gestão, a Política Nacional de

Humanização do Ministério da Saúde (PNH/MS), visando ao cumprimento do modelo de atendimento humanizado.

LVIII - Requerer autorização prévia ao CONTRATANTE, na hipótese de o CONTRATADO se dispor a prestar serviço originalmente não previsto no Contrato e seus Anexos, ou, se desejar executar de modo distinto serviço já previsto, apresentando as razões do seu pleito, com demonstrações das vantagens e garantia do cumprimento do Contrato. A alteração não poderá resultar em padrão inferior de desempenho e modificar substancialmente o objeto do Contrato de Gestão.

LIX - Autorizar os profissionais de saúde participar de atividades de educação permanentes organizadas pela Secretaria de Saúde.

LX - Apresentar à Ouvidoria do CONTRATANTE, trimestralmente, relatório com as reclamações dos usuários, bem como as respostas fornecidas, as providências adotadas em cada caso e o tempo de resposta e de adoção das providências.

LXI - Assegurar ao CONTRATANTE o acesso irrestrito e em tempo real aos bancos de dados e todas as informações dos serviços.

LXII - Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto se aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde.

LXIII - Devolver à Secretaria Municipal de Saúde após término do contrato, toda área, equipamentos, instalações e utensílios em perfeitas condições de uso.

LXIV - Receber médicos dos programas do Ministério da Saúde, como, por exemplo, Mais Médicos, através da Secretaria Municipal de Saúde.

LXV – Trabalhar em conjunto com profissionais da Secretaria Municipal de Saúde que estão lotados nos serviços de saúde.

LXVI - Tão logo o Contrato de Gestão seja firmado, o CONTRATADO terá até 15 (quinze) dias, para concluir o processo seletivo integral dos recursos humanos para o início das atividades.

LXVII - Ter sede ou filial localizada no Município de São Pedro da Aldeia, no prazo de até sessenta dias após a assinatura de eventual contrato de gestão, sob pena de

desqualificação, devendo a CONTRATADA manter, nesta filial, toda a documentação relativa ao contrato de gestão;

LXVIII – Cumprir as demais determinações constantes no Termo de Referência, ainda que não transcritas neste instrumento.

CLAUSULA QUARTA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Para execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO DE GESTÃO**, a **CONTRATANTE** obriga-se a:

I - Disponibilizar à **CONTRATADA** os meios necessários à execução do presente objeto, conforme previsto neste **CONTRATO DE GESTÃO** e em seus anexos.

II - Garantir os recursos financeiros para a execução deste **CONTRATO DE GESTÃO** nos termos do Anexo I do Edital, a partir da efetiva assunção do objeto pela **CONTRATADA**.

III - Programar no orçamento, para os exercícios subsequentes ao da assinatura do presente **CONTRATO DE GESTÃO**, os recursos necessários para fins de custeio da execução do objeto contratual.

IV - Permitir o uso dos bens móveis e imóveis, mediante Termo de Permissão de Uso, nos termos da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 154 de 16 de novembro de 2023.

V - Para a formalização do Termo, a **CONTRATANTE** deverá inventariar, avaliar e identificar previamente os bens.

VI - Reter repasse de recursos à **CONTRATADA**, quando a **CONTRATANTE** for demandada em nome próprio, primariamente, por condutas ilícitas e danosas praticadas por agentes da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA: O **CONTRATO DE GESTÃO** vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar de sua respectiva celebração, podendo ser, mediante termo aditivo, objeto de prorrogação, por uma vez, limitado ao prazo de 08 (oito) anos, na forma da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 154 de 16 de novembro de 2023.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS: Os recursos financeiros

para a execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO serão alocados para a CONTRATADA mediante transferências oriundas da CONTRATANTE, sendo permitido à CONTRATADA, o recebimento de doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a sua administração.

Parágrafo Primeiro - Os recursos financeiros repassados pela **CONTRATANTE** provenientes do **CONTRATO DE GESTÃO** deverão ser aplicados, em até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do crédito na conta bancária da **CONTRATADA**, exclusivamente em caderneta de poupança de instituição financeira oficial.

Parágrafo Segundo - Os excedentes financeiros deverão ser restituídos a **CONTRATANTE** ou aplicados nas atividades objeto do **CONTRATO DE GESTÃO**, desde que com prévia aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste **CONTRATO DE GESTÃO**, correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada: XXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR DO CONTRATO: Dá-se a este **CONTRATO DE GESTÃO** o valor de R\$ XXXXXXXX (Por extenso).

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE: Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IPCA-E acumulado no período, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS: A transferência dos recursos financeiros à CONTRATADA inclui o montante relacionado ao Potencial Investimento e ao Componente Financeiro Fixo do CONTRATO DE GESTÃO.

Parágrafo Primeiro - A transferência de recurso financeiro relacionado à rubrica de investimento, em tantas parcelas quanto se fizerem necessárias, inclui o montante necessário para a aquisição de equipamentos e mobiliários para o Pronto Socorro Municipal Dr. Jose Seve Neto - PSMJSN, conforme parâmetros declarados na legislação vigente.

Parágrafo Segundo - A transferência mensal do Componente Fixo do **CONTRATO DE GESTÃO** é o montante de recursos financeiros relacionado à quitação da Folha de Pagamentos, Encargos Trabalhistas, Impostos, Contratos Terceirizados, Concessionárias de Serviços Públicos, dentre outras despesas fixas mensais diretas e correlatas, equivalendo a 1/60 do valor total desta rubrica programada no Cronograma de Desembolso de 60 (sessenta) meses.

Parágrafo Terceiro - Os recursos destinados aos pagamentos das verbas rescisórias, férias e 13º salários, deverão ser depositados em um **FUNDO DE RESERVA**, a qual a Organização Social somente poderá utilizar para este fim.

Parágrafo Quarto - A transferência financeira, relativa ao Componente Fixo, será efetuada até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

Parágrafo Quinto - No caso de haver a transferência financeira relativa ao investimento, esta parcela será igualmente efetuada até o 5º (quinto) dia útil do mês em que ela ocorrer, sendo observada as disposições deste instrumento.

Parágrafo Sexto - Transferências ordinárias que não ocorram na data programada poderão ser acrescidas de juros, com vistas a pagamentos de encargos trabalhistas, impostos e duplicatas de terceirizados, dentre outros compromissos vencidos, desde que comprovada a necessidade e sob justificativa da **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo - A comprovação da utilização dos recursos financeiros transferidos deve ser apresentada, mensalmente, até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente à transferência efetuada.

Parágrafo Oitavo - O montante relacionado às despesas previstas e não realizadas no mês de referência deve ser objeto de ajustes nos meses subsequentes, a critério da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Nono - O saldo dos recursos líquidos resultantes dos montantes financeiros transferidos, deve ser restituído ao Poder Público, em caso da desqualificação da Organização Social no âmbito do Município de São Pedro da Aldeia, ou no caso do encerramento do **CONTRATO DE GESTÃO**.

Parágrafo Décimo - No mesmo contexto do item anterior, a **CONTRATADA** deve transferir, integralmente, à **CONTRATANTE**, os legados ou doações que lhe foram

destinados, benfeitorias, bens móveis e imobilizados instalados no Pronto Socorro Municipal Dr. Jose Seve Neto - PSMJSN, bem como os excedentes financeiros decorrentes da execução do **CONTRATO DE GESTÃO**.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os recursos financeiros devidos ao investimento e aos Componentes Fixo serão transferidos a partir da assinatura do **CONTRATO DE GESTÃO**, conforme Cronograma de Desembolso declarado no Quadro 1.

Quadro 1: Cronograma Esquemático (Resumido) do Desembolso dos Recursos Financeiros do Contrato de Gestão.

MÊS	TRANSFERÊNCIA
01	Na assinatura do Contrato de Gestão.
02	Transferência da parcela 2 do Componente Fixo.
03	Transferência da parcela 3 do Componente Fixo.
04	Transferência da parcela 4 do Componente Fixo.
05	Transferência da parcela 5 do Componente Fixo.
06	Transferência da parcela 6 do Componente Fixo.
07	Transferência da parcela 7 do Componente Fixo.
08	Transferência da parcela 8 do Componente Fixo.
09	Transferência da parcela 9 do Componente Fixo.
10	Transferência da parcela 10 do Componente Fixo.
11	Transferência da parcela 11 do Componente Fixo.
12	Transferência da parcela 12 do Componente Fixo.
13	Transferência da parcela 13 do Componente Fixo.
14	Transferência da parcela 14 do Componente Fixo.
15	Transferência da parcela 15 do Componente Fixo.
16	Transferência da parcela 16 do Componente Fixo.
17	Transferência da parcela 17 do Componente Fixo.
18	Transferência da parcela 18 do Componente Fixo.
19	Transferência da parcela 19 do Componente Fixo.
20	Transferência da parcela 20 do Componente Fixo.
21	Transferência da parcela 21 do Componente Fixo.
22	Transferência da parcela 22 do Componente Fixo.
23	Transferência da parcela 23 do Componente Fixo.
24	Transferência da parcela 24 do Componente Fixo.
25	Transferência da parcela 25 do Componente Fixo.
26	Transferência da parcela 26 do Componente Fixo.
27	Transferência da parcela 27 do Componente Fixo.
28	Transferência da parcela 28 do Componente Fixo.

29	Transferência da parcela 29 do Componente Fixo.
30	Transferência da parcela 30 do Componente Fixo.
31	Transferência da parcela 31 do Componente Fixo.
32	Transferência da parcela 32 do Componente Fixo.
33	Transferência da parcela 33 do Componente Fixo.
34	Transferência da parcela 34 do Componente Fixo.
35	Transferência da parcela 35 do Componente Fixo.
36	Transferência da parcela 36 do Componente Fixo.
37	Transferência da parcela 37 do Componente Fixo.
38	Transferência da parcela 38 do Componente Fixo.
39	Transferência da parcela 39 do Componente Fixo.
40	Transferência da parcela 40 do Componente Fixo.
41	Transferência da parcela 41 do Componente Fixo.
42	Transferência da parcela 42 do Componente Fixo.
43	Transferência da parcela 43 do Componente Fixo.
44	Transferência da parcela 44 do Componente Fixo.
45	Transferência da parcela 45 do Componente Fixo.
46	Transferência da parcela 46 do Componente Fixo.
47	Transferência da parcela 47 do Componente Fixo.
48	Transferência da parcela 48 do Componente Fixo.
49	Transferência da parcela 49 do Componente Fixo.
50	Transferência da parcela 50 do Componente Fixo.
51	Transferência da parcela 51 do Componente Fixo.
52	Transferência da parcela 52 do Componente Fixo.
53	Transferência da parcela 53 do Componente Fixo.
54	Transferência da parcela 54 do Componente Fixo.
55	Transferência da parcela 55 do Componente Fixo.
56	Transferência da parcela 56 do Componente Fixo.
57	Transferência da parcela 57 do Componente Fixo.
58	Transferência da parcela 58 do Componente Fixo.
59	Transferência da parcela 59 do Componente Fixo.
60	Transferência da parcela 60 do Componente Fixo.

Parágrafo Décimo Segundo - Cada parcela mensal de Transferência de Recursos do Componente Fixo do Contrato terá o valor de R\$ XXXXXXXX (por extenso) e será depositada na conta corrente nº xxxx, agência xxxx, da xxxxxxxxx, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira **CONTRATADA** pelo Município.

Parágrafo Décimo Terceiro - No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira **CONTRATADA** pelo Município, ou caso verificado pela **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira **CONTRATADA** pelo Município, abrir ou manter a conta corrente naquela instituição

financeira, a transferência poderá ser feita mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados, exclusivamente, pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO: O acompanhamento e fiscalização da execução do CONTRATO DE GESTÃO, sem prejuízo da ação institucional dos órgãos de controle interno e externo do Município de São Pedro da Aldeia, serão efetuados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Primeiro - O monitoramento e a avaliação do presente **CONTRATO DE GESTÃO** será efetuado por intermédio da Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação (CTAA), nomeada pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo - Nos termos da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 154, de 16 de novembro de 2023, os resultados e metas alcançados com a execução do **CONTRATO DE GESTÃO** serão avaliados, trimestralmente, pela Comissão de Avaliação, formalmente designada pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro - A síntese do relatório de gestão e do balanço da Organização Social deverão ser publicadas pela **CONTRATANTE** em jornal de grande circulação no município ou Informativo São Pedro da Aldeia e, de forma completa, pela Organização Social no seu sítio eletrônico, bem como após 5 (cinco) dias úteis, serem encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde à Câmara de Vereadores de São Pedro da Aldeia e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Quarto - A Secretaria Municipal de Saúde deverá encaminhar a prestação de contas anual, mencionada na Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 154, de 16 de novembro de 2023, ao Conselho Municipal de Saúde, à Câmara de Vereadores de São Pedro da Aldeia e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sexto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço, objeto do contrato, não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO, RENEGOCIAÇÃO TOTAL E PARCIAL: O presente CONTRATO DE GESTÃO poderá ser alterado, mediante revisão das metas e dos valores financeiros inicialmente pactuados, desde que prévia e devidamente justificado, com a aceitação de ambas as partes e a autorização por escrito da CONTRATANTE, devendo, nestes casos, serem formalizados os respectivos Termos Aditivos.

Parágrafo Único - Poderá, também, ser alterado para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do **CONTRATO DE GESTÃO**, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequência incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou, ainda, em caso de força maior, em caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: O acompanhamento orçamentário/financeiro será efetivado por meio da entrega MENSAL do Relatório de Execução contendo os anexos:

- a) Relação dos valores financeiros repassados, com indicação da Fonte de Recursos;
- b) Demonstrativo de Despesas;
- c) Demonstrativo de Folha de Pagamento;
- d) Demonstrativo de Contratação de Pessoa Jurídica;
- e) Balancete Financeiro;
- f) Extrato Bancário de Conta Corrente e Aplicações Financeiras dos recursos recebidos;
- g) Relatório Consolidado da Produção Contratada X Produção Realizada;
- h) Relatório Consolidado do alcance das metas de qualidade (Indicadores).

Parágrafo Primeiro - Deverá ser apresentado à **CONTRATANTE**, no prazo por ela estabelecido, informações adicionais ou complementares que esta venha formalmente solicitar, conforme Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 154, de 16 de novembro de 2023.

Parágrafo Segundo - Deverá ser apresentado relatório com informações

detalhadas, além dos relatórios MENSALIS previstos, de acordo com regulamentação da **CONTRATANTE** e na periodicidade por ela estabelecida, especialmente sobre:

- a) Relação com identificação dos atendimentos realizados, devidamente segmentados pela SUA NATUREZA;
- b) Estatísticas de óbitos;
- c) Interação com a rede pública de atenção à saúde e com os complexos reguladores, estadual e municipal, especialmente quanto aos problemas envolvendo remoção e transferência de usuários;
- d) Ações de educação permanente em saúde, de acordo com formulário próprio indicado pela SESAU;
- e) Quaisquer outras informações que a SESAU julgar relevantes sobre as prestações do serviço e sobre as condições financeiras da Unidade.

Parágrafo Terceiro - Deverá ser apresentado à **CONTRATANTE**, mensalmente, toda a documentação exigida, nos termos indicados e segundo a metodologia adotada pelo Sistema de Informação Ambulatorial – SIA-SUS.

Parágrafo Quarto - Deverá ser apresentado à **CONTRATANTE**, mensalmente, os relatórios das comissões especificadas no item 11 do Termo de Referência, que faz parte de instrumento independentemente de transcrição. Caso estes Relatórios não sejam entregues nos prazos determinados, após a notificação, a Organização Social de Saúde poderá ser multada no limite de 5% (cinco por cento) do valor contratual, sem que isto impacte na produção hospitalar pré-determinada.

Parágrafo Quinto - Deverá ser apresentado à **CONTRATANTE**, mensalmente, folha de pagamento de salários, em que constem os pagamentos aos profissionais estabelecidos neste Anexo, apólices de seguro contra acidentes, acidentes de trabalho e comprovantes de quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados que prestam ou prestaram serviços no âmbito do Contrato de Gestão.

Parágrafo Sexto - Deverá ser apresentado relatório MENSAL da produção da ouvidoria, contendo as demandas acolhidas no período e as medidas de melhorias diante das solicitações, reclamações, denúncias e sugestões. O relatório seguirá o modelo apresentado pela Ouvidoria da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo - Deverão ser fornecidos os relatórios, documentos e informações previstos, de forma a permitir sua integração em bancos de dados, em base

eletrônica, conforme padrão determinado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** deve arquivar vias originais dos relatórios previstos, após analisadas e aprovadas pela **CONTRATANTE**, na sede da Unidade, que deverá mantê-la em arquivo até o fim do prazo do Contrato de Gestão.

Parágrafo Nono - Apresentar à SESAU, anualmente, o instrumento de convenção trabalhista, devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, bem como sua adesão e efetivo cumprimento desta convenção, na forma da lei.

Parágrafo Décimo - Deverá ser informado à SESAU durante todo o Prazo do Contrato de Gestão, os seguintes itens:

- a) Estatísticas mensais dos atendimentos;
- b) Relação dos serviços oferecidos;
- c) Informações de contato (telefone, endereço de correio eletrônico, formulário eletrônico, endereço de correspondência) para recebimento de reclamações, sugestões e esclarecimento de dúvidas dos usuários;
- d) Implantar sistema de apuração e análise de custos com os seguintes objetivos:
 - d.1) Constituição dos modelos de relatórios gerenciais:
 - d.1.1) Relatórios de custos por níveis de responsabilidade (centrais de custos)
 - d.1.2) Relatórios analíticos dos custos dos serviços por centros de custo.
 - d.1.3) Informações serão preferencialmente disponibilizados via WEB e acessadas por cada um dos níveis de interesse por senhas específicas.
 - d.2) Orientações especializadas à equipe de Tecnologia da Informação, referentes a integração com o aplicativo de gestão e análise das informações gerenciais de custos e preferencialmente utilizar todas as informações disponíveis nos aplicativos de gestão existentes na Unidade evitando a necessidade de retrabalho de informações.
 - d.3) Aperfeiçoamento do escopo dos indicadores operacionais e de custos visando:
 - d.3.1) Ampliar as possibilidades de utilização das informações gerenciais para a gestão interna da Unidade.
 - d.3.2) Atender as necessidades de informações definidas pela SESAU.
 - d.4) Orientações acerca da consolidação dos indicadores operacionais e de custos utilizados para avaliar o desempenho da Unidade em relação às demonstrações de “melhores práticas e benchmarking” disponíveis a partir da estruturação do banco de indicadores da SESAU, os quais contemplam também, análises especializadas pertinentes ao nível de complexidade assistencial das

Unidade.

d.5) Apoio na preparação das apresentações e discussões dos fóruns que venham a ser programados pela SESAU envolvendo a Unidade.

d.6) Aplicações Gerenciais:

d.6.1) Gerar informações da Unidade, ao nível dos centros de custos, produtos e serviços, permitindo a análise comparativa das mesmas e o acompanhamento contínuo das operações.

d.6.2) Preparação de informações consolidadas e comparativas, permitindo a avaliação, acompanhamento e controle da Unidade, como também o estabelecimento de indicadores de desempenho.

d.6.3) Estabelecer e consolidar um conjunto de indicadores de desempenho das ações de assistência à saúde.

d.6.4) Servir de instrumento de gestão e correspondente melhoria da eficácia na alocação dos recursos humanos e materiais.

d.6.5) Permitir a geração de relatórios gerenciais de custos das atividades e, em decorrência, disseminar a participação de todos os gestores internos na avaliação e análise dos custos sob as suas responsabilidades.

d.7) Subsidiar com elementos que permitam a avaliação do custeio das atividades da Unidade em relação a indicadores de custos disponíveis, os quais permitirão a efetiva gestão da produtividade da Unidade.

Parágrafo Décimo Primeiro - Deverão ser apresentados relatórios semestrais de Satisfação dos usuários contendo a avaliação dos indicadores da Pesquisa de Satisfação e Planos de Ação.

Parágrafo Décimo Segundo - A **CONTRATADA** deverá, ao término de cada exercício, ou a qualquer momento em que o Poder Público requerer, apresentar relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, seu balanço patrimonial, assim como suas publicações no Boletim Informativo do Município de São Pedro da Aldeia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES, RESCISÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE GESTÃO: A rescisão do CONTRATO DE GESTÃO poderá ser efetivada:

I - Por ato unilateral da **CONTRATANTE**, na hipótese de descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, ainda que parcial, das cláusulas que inviabilizem a

execução de seus objetivos e metas previstas no presente **CONTRATO DE GESTÃO**, decorrentes de má gestão, culpa e dolo.

II – Por ato unilateral da **CONTRATANTE** nas hipóteses da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 154, de 16 de novembro de 2023.

III - Por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

IV - Por ato unilateral da **CONTRATADA** na hipótese de atrasos dos repasses devidos pela **CONTRATANTE** superior a 90 (noventa) dias da data fixada para o pagamento, cabendo à **CONTRATADA** notificar a **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, informando o fim da prestação dos serviços contratados.

V - Na hipótese do item IV desta cláusula, a **CONTRATANTE** responsabilizar-se-á apenas pelos prejuízos suportados pela **CONTRATADA** exclusivamente em decorrência do retardo na transferência de recursos, cabendo à **CONTRATADA** a comprovação do nexo de causalidade entre os prejuízos alegados e a mora da **CONTRATANTE**.

VI - Verificada qualquer uma das hipóteses de rescisão contratual, o **CONTRATANTE** providenciará a revogação da permissão de uso existente em decorrência do presente instrumento.

VII - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da rescisão do **CONTRATO DE GESTÃO**, para quitar suas obrigações e prestar contas de sua gestão à **CONTRATANTE**.

VIII - Configurar-se-á infração contratual a inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora ou inadimplemento na execução, inobservância da Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 154, de 16 de novembro de 2023, especialmente, se a **CONTRATADA**:

- a) Utilizar de forma irregular os recursos públicos que lhe foram destinados;
- b) Incorrer em irregularidade fiscal, previdenciária ou trabalhista;
- c) Deixar de promover a manutenção dos bens públicos permitidos ou promover desvio de sua finalidade;
- d) Violar os princípios que regem o Sistema Único de Saúde.

IX - A ocorrência de infração contratual sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a)** Advertência;
- b)** Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública Municipal, por prazo de até dois anos;
- c)** Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização social ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
- d)** Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, cumulável com as devidas sanções;
- e)** Desqualificação da entidade como Organização Social no âmbito do Município de São Pedro da Aldeia.

Parágrafo Primeiro - A aplicação das sanções é de competência exclusiva da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

Parágrafo Terceiro - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantindo o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento à **CONTRATADA** por perdas e danos de infrações cometidas.

Parágrafo Quinto - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de até 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da transferência mensal, respeitando o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de

rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

X - A rescisão contratual será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurando à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

XI - A declaração de rescisão deste contrato, independente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em jornal local de grande circulação ou Informativo São Pedro da Aldeia.

XII - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

XIII - O **CONTRATO DE GESTÃO** poderá ser rescindido quando do advento de circunstância superveniente que comprometa o fundamento de validade do mesmo e a sua regular execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A **CONTRATANTE** providenciará, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da sua assinatura, o encaminhamento de cópia autêntica do presente **CONTRATO DE GESTÃO** e dos seus Anexos ao Tribunal de Contas e à Controladoria Geral do Município, junto à Secretaria Municipal de Fazenda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO: As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além

do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO: O presente CONTRATO DE GESTÃO deverá ser publicado, em extrato, em jornal local de grande circulação ou no informativo São Pedro da Aldeia, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO: Fica eleito o Foro da Comarca de São Pedro da Aldeia para dirimir qualquer questão oriunda do presente CONTRATO DE GESTÃO ou de sua execução, renunciando a CONTRATADA a qualquer outro foro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem em pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento contratual, em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

São Pedro da Aldeia, RJ, _____ de _____ de 202X.

Secretaria Municipal de Saúde

Organização Social

Testemunhas:

CPF:

CPF:

ANEXO VI

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. TRANSFERÊNCIA MENSAL DE RECURSOS.

1.1. O PRIMEIRO repasse de recurso será realizado no ato da assinatura do contrato de gestão, **referente ao mês INICIAL da execução do contrato.**

1.2. **Os demais repasses do valor de custeio do contrato de gestão serão mensais e realizados até o 5º (QUINTO) DIA ÚTIL do mês de referência,** equivalente a uma fração mensal do Valor Total do Contrato de Gestão, desconsiderando a verba relacionada a investimento, que depende de aprovação prévia dos projetos de investimento apresentados pela OSS em sua Proposta de Trabalho.

1.3. A transferência mensal de custeio do contrato de gestão será repassada à **CONTRATADA**, em conta aberta específica para o contrato de gestão.

1.4. A Organização Social deverá apresentar suas prestações de contas mensais, relativas aos contratos de gestão, impreterivelmente, até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços.

1.5. As despesas previstas e não realizadas no mês de referência deverão ser objeto de ajustes nos demonstrativos do mês subsequente.

1.6. Deverá ser restituído ao Poder Público o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores repassados, em caso de desqualificação da Organização Social ou em caso de encerramento do Contrato de Gestão.

1.7. No caso do item anterior, a unidade deverá transferir integralmente à SESAÚ, os legados ou doações que lhes foram destinados, benfeitorias, bens móveis e imobilizados instalados nos equipamentos de saúde, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde cujo uso dos equipamentos lhes fora permitido.

1.8. **Os recursos destinados aos pagamentos das verbas rescisórias, férias**

e 13º salários, deverão ser depositados em um FUNDO DE RESERVA, a qual a Organização Social somente poderá utilizar nos casos expressamente previstos na cláusula do contrato de gestão.

1.9. Os recursos financeiros devidos ao Investimento somente serão transferidos a partir da assinatura do Contrato de Gestão, caso se faça necessário e devidamente comprovado por projeto da **CONTRATADA**.

1.10. A Transferência de recurso relacionado à rubrica **INVESTIMENTO**, será feita em **até 04 (QUATRO) parcelas**. Inclui o montante necessário para reformas e adequações na estrutura física, aquisição de equipamentos e mobiliários para o PSMJSN, conforme parâmetros declarados na legislação vigente, sendo que cada parcela não poderá ser superior a 1/3 (um terço) do valor da parcela fixa;

1.11. Após a celebração do contrato de gestão, **a Organização Social vencedora, deverá apresentar os projetos de investimentos** de reforma da infraestrutura, juntamente com um projeto de investimento do parque tecnológico (equipamentos) e mobília que poderão ser executados, no período de vigência do contrato de gestão. **A liberação dos recursos será condicionada à prévia aprovação dos projetos e da pesquisa de preços realizadas pelas áreas competentes da SESAU, após a assinatura do contrato de gestão;**

1.12. No caso de haver a transferência financeira relativa ao Investimento, esta parcela será igualmente efetuada até o 5º (quinto) dia útil do mês em que ela ocorrer.

1.13. A Transferência MENSAL do Contrato de Gestão é o montante de recursos financeiros relacionados à quitação da Folha de Pagamentos, Encargos Trabalhistas, Impostos, Contratos Terceirizados, Concessionárias de Serviços Públicos, dentre outras despesas fixas mensais diretas e correlatas, equivalendo a 1/60 do valor total desta rubrica programada no cronograma de desembolso referente aos 60 (sessenta) meses de vigência inicial do Contrato de Gestão.

1.14. Transferências ordinárias que não ocorram na data programada poderão ser acrescidas de juros, com vistas a pagamentos de encargos trabalhistas, impostos e duplicatas de terceirizados, dentre outros compromissos vencidos, desde que comprovada a necessidade e sob justificativa da **CONTRATADA**.

1.15. A **CONTRATADA**, mensalmente ou quando solicitada, deverá apresentar as Despesas de Investimento e Custeio, conforme Quadros abaixo:

PLANO DE APLICAÇÃO RECEITAS, DESPESAS E INVESTIMENTOS		
RECEITAS OPERACIONAIS		
DESCRIÇÃO	MENSAL	ANUAL
Repasso do Contrato de Gestão (Fixo + Variável)		
Total Parcial (1)		
Outras Receitas		
Total Parcial (2)		
Total Geral das Receitas (1) + (2)		
DESPESAS OPERACIONAIS		
1. Pessoal		
1.1. Salários (CLT)		
1.2. Encargos e Contribuições (CLT)		
1.3. Benefícios (CLT)		
1.4. Outras Formas de Contratação (Serviços Pessoa Jurídica)		
Total Parcial (1)		
2. Insumos		
2.1. Materiais Médico Hospitalar		
2.2. Medicamentos		
2.3. Gases Medicinais e Industriais		
2.4. Material de Limpeza		
2.5. Material de escritório/consumo		
Total Parcial (2)		
3. Seguros		
3.1. Seguro Predial		
3.2. Outros (a especificar)		
Total Parcial (3)		
4. Serviços de Apoio (Terceirizações)		
4.1. Alimentação para pacientes, funcionários e acompanhantes		
4.2. Nutrição Enteral e Parenteral		
4.3. Enxoval (Reposições)		
4.4. Serviços de Laboratório de análises clínicas		
4.5. Serviços de exames de imagem		
4.6. Locação de gerador de energia		
4.7. Serviços de internet banda larga		

4.8.	Serviços de lavanderia hospitalar		
4.9.	Locação de equipamentos de tecnologia		
4.10.	Locação de equipamentos médicos e de enfermagem		
4.11.	Prontuário Eletrônico		
4.12.	Manutenção de equipamentos médicos e de enfermagem		
4.13.	Serviços de manutenção predial preventiva		
4.14.	Locação de Ambulância (Tipo D)		
4.15.	Locação de Veículo Administrativo		
4.16.	Combustíveis		
4.17.	Material gráfico		
4.18.	Serviços de telefonia fixa e móvel.		
4.19.	Uniformes (incluindo as reposições)		
4.20.	Manutenção Preventiva e Corretiva de Sistemas de Refrigeração		
4.21.	Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos de Segurança e Tecnologia		
4.22.	Serviços de medicina do trabalho		
4.23.	Educação Continuada		
4.24.	Outras Despesas (especificar)		
Total Parcial (4)			
5. Despesas Operacionais			
. Rateio de Custos (Organização Social)			
Total Parcial (5)			

Total das Despesas (1+2+3+4+5)		
---------------------------------------	--	--

DESPESAS DE INVESTIMENTO.

INVESTIMENTOS		
1. Itens de investimentos		
1.1.	Mobiliário e equipamentos.	
1.2.	Reformas, ampliação e manutenção visual.	
Total		

ANEXO VII

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

Termo de permissão de uso do imóvel situado à Rua Prefeito Waldir da Silva Lobo, 2, Morro do Milagre, São Pedro da Aldeia, que abriga o Pronto Socorro Municipal Dr. Jose Seve Neto - PSMJSN, e dos bens moveis, que entre si celebram a Secretaria Municipal de Saúde, como PERMITENTE, e a _____, como PERMISSIONÁRIA, na forma abaixo:

Aos xx dias do mês de xxxxxxxx de 202x, na sede da Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia, RJ, perante as testemunhas abaixo assinadas, presentes, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, **xxxxxxxxx**, portadora da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxx, Expedida pelo xxxxxxxx, e CPF nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada **PERMITENTE** e, de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante designado simplesmente **PERMISSIONÁRIO**, neste ato representado por xxxxxxxxxxxx, é assinado o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL E DE BENS MÓVEIS** a título precário, na forma constante no processo administrativo nº xxxx/20xx, que se regerá pelos dispositivos previstos na Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 154 de 16 de novembro de 2023, e na forma do instrumento convocatório, aplicando-se a este Termo, irrestrita e incondicionalmente, suas disposições, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO: Constitui objeto desta permissão de uso de propriedade da **PERMITENTE**, o imóvel que abriga o Pronto Socorro Municipal Dr. Jose Seve Neto - PSMJSN, situado à Rua Prefeito Waldir da Silva Lobo, 02, Morro do Milagre, São Pedro da Aldeia, CEP 28.941-620, São Pedro da Aldeia, RJ, bem como os bens móveis lá instalados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DESTINAÇÃO DOS BENS: Os bens que terão o uso permitido por meio do presente instrumento destinar-se-ão, exclusivamente, à

prestação de assistência à saúde de usuários do SUS, vedada a sua destinação para finalidade diversa, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: A presente permissão de uso se rege pelos dispositivos previstos no Decreto Municipal nº xxxx de xxxxx de 20xx, bem como pelas demais normas legais em vigor ou que venham a ser posteriormente editadas sobre a utilização do imóvel do patrimônio Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO: A presente permissão de uso será válida enquanto estiver em vigor o contrato de gestão, do qual é parte integrante e se vincula integralmente.

CLÁUSULA QUINTA - CONSERVAÇÃO DOS BENS: Obriga-se a **PERMISSIONÁRIA** a conservar os bens que tiverem o uso permitido, mantendo-os permanentemente limpos e em bom estado de conservação, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições a sua guarda, até a efetiva devolução.

CLÁUSULA SEXTA - MONTAGENS, CONTRUÇÕES, BENFEITORIAS: É vedado à **PERMISSIONÁRIA** realizar construções ou benfeitorias, sejam estas de que natureza forem, sem prévia e expressa autorização da **PERMITENTE**, devendo subordinar as eventuais montagens de equipamentos ou a realização de construções e reformas, também à autorização e ao licenciamento específico das autoridades municipais competentes.

Parágrafo Único: Finda a permissão de uso, reverterão, automaticamente, ao patrimônio da **PERMITENTE**, sem direito a indenização ou à retenção em favor da **PERMISSIONÁRIA**, todas as construções, benfeitorias, equipamentos e/ou instalações existentes no imóvel, assegurado à **PERMITENTE**, contudo, o direito de exigir a sua reposição à situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhes venham a ser causadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO: Obriga-se a **PERMISSIONÁRIA** a assegurar o acesso aos bens que tenham o uso permitido, aos servidores autorizados da **PERMITENTE**, ou de quaisquer outras repartições municipais, incumbidas de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, da verificação do cumprimento das disposições do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS: A **PERMITENTE** não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pela **PERMISSIONÁRIA** com terceiros, ainda que vinculados ou

decorrentes do uso dos bens objeto deste termo. Da mesma forma, a **PERMITENTE** não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos da **PERMISSIONÁRIA** ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

CLÁUSULA NONA - OUTROS ENCARGOS: A **PERMISSIONÁRIA** fica obrigada a pagar toda e qualquer despesa, tributo, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram, direta ou indiretamente, deste termo ou da utilização dos bens e da atividade para a qual a presente permissão é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas e securitários, cabendo à **PERMISSIONÁRIA** providenciar, especialmente, os alvarás e seguros obrigatórios e legalmente exigíveis.

Parágrafo Único: A **PERMISSIONÁRIA** não terá direito a qualquer indenização por parte da **PERMITENTE**, no caso de denegação de licenciamento, total ou parcial, da atividade que se propõe a realizar no imóvel, objeto deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESTRIÇÕES NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS DESTA PERMISSÃO: A **PERMISSIONÁRIA** reconhece o caráter precário da presente permissão e obriga-se, por si, seus herdeiros e sucessores:

I - A restituir o imóvel e os bens móveis à **PERMITENTE**, nas condições previstas no parágrafo único da cláusula décima terceira, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do aviso que lhe for dirigido, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa;

II - A não usar os bens, senão na finalidade prevista na cláusula segunda deste termo,

III - A não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, os bens objeto desta permissão ou os direitos e obrigações dela decorrente, salvo com expressa e prévia decisão autorizada do Chefe do Executivo e assinatura de termo aditivo para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO: Finda a qualquer tempo, a permissão de uso deverá a **PERMISSIONÁRIA** restituir os bens em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.

Parágrafo Único: Qualquer dano porventura causado aos bens que tiverem o uso permitido será indenizado pela **PERMISSIONÁRIA**, podendo a **PERMITENTE** exigir a reposição das partes danificadas ao estado anterior ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro, como entender que melhor atenda ao interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DEVOLUÇÃO DE BENS: A **PERMISSIONÁRIA** ficará sujeita à multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do **CONTRATO DE GESTÃO**, se findada por qualquer das formas aqui previstas a permissão de uso e a **PERMISSIONÁRIA** não restituir os bens na data do seu termo ou sem a observância das condições em que o recebeu.

Parágrafo Único: A multa incidirá até o dia em que os bens forem efetivamente restituídos ou retornem àquelas condições originais, seja por providências da **PERMISSIONÁRIA** seja pela adoção de medidas por parte da **PERMITENTE**. Nesta última hipótese ficará a **PERMISSIONÁRIA**, também, responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REMOÇÃO DE BENS: Terminada a permissão de uso ou verificando o abandono do imóvel pela **PERMISSIONÁRIA** poderá a **PERMITENTE** promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente retirados do imóvel, sejam eles da **PERMISSIONÁRIA** ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou de terceiros.

Parágrafo Primeiro: Os bens anteriormente mencionados poderão ser removidos pela **PERMITENTE** para local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco pela sua guarda, cujas despesas ficam à cargo da **PERMISSIONÁRIA**.

Parágrafo Segundo: Se esses bens não forem retirados pelos respectivos proprietários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias depois da data de sua remoção poderá a **PERMITENTE**, mediante decisão e a exclusivo critério do Sr. Prefeito Municipal de São Pedro da Aldeia:

- I - doá-los, em nome da **PERMISSIONÁRIA**, a qualquer Instituição de Beneficência ou, quando de valor inexpressivo, deles dispor livremente;
- II - vendê-los, ainda em nome da **PERMISSIONÁRIA**, devendo, nessa hipótese,

empregar a quantia recebida para o ressarcimento de qualquer débito da **PERMISSIONÁRIA** para com a **PERMITENTE** ou de despesas incorridas, depositando eventual saldo positivo, em nome da **PERMISSIONÁRIA**.

Parágrafo Terceiro - Para a prática dos atos supramencionados, concede a **PERMISSIONÁRIA**, neste ato, à **PERMITENTE**, poderes bastantes, com expressa dispensa da obrigação de prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO DE PLENO DIREITO: A presente permissão de uso estará rescindida de pleno direito com o término da vigência do contrato de gestão.

Parágrafo Primeiro: Além do término do contrato de gestão, o descumprimento, pela **PERMISSIONÁRIA**, de qualquer das obrigações assumidas dará a **PERMITENTE** o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente permissão, mediante aviso com antecedência de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo: Rescindida a permissão, a **PERMITENTE**, de pleno direito, se reintegrará na posse do imóvel e de todos os bens móveis afetados à permissão, oponível, inclusive, a eventuais cessionários e ocupantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÕES: A **PERMISSIONÁRIA** será notificada das decisões ou dos despachos proferidos ou que lhe formulem exigências, por meio de qualquer uma das seguintes formas:

I - Publicação no Informativo São Pedro da Aldeia, com a indicação do número do processo e nome da **PERMISSIONÁRIA**;

II - por via postal, mediante comunicação registrada e endereçada à **PERMISSIONÁRIA**, com aviso de recebimento(AR);

III - pela ciência que do ato venha a ter a **PERMISSIONÁRIA**:

a) no processo, em razão de comparecimento espontâneo ou a chamado de repartição da **PERMITENTE**;

b) por meio do recebimento de auto de infração ou documento análogo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RITO PROCESSUAL: A cobrança de quaisquer

quantias devidas à **PERMITENTE** e decorrentes do presente termo, inclusive multas, far-se-á pelo processo de execução, mediante inscrição em Dívida Ativa, na forma da lei.

Parágrafo Único: Por esta via a **PERMITENTE** poderá cobrar não apenas o principal devido, mas ainda juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária, multa contratual, fixada em 10% (dez por cento) do valor do débito, e honorários de advogado, pré-fixados estes em 20% (vinte por cento) do valor em cobrança, além das custas e despesas do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONDIÇÕES JURÍDICO-PESSOAIS: A **PERMISSIONÁRIA** apresenta, neste ato, toda a documentação legal comprovando o atendimento das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura deste Termo, que, lido e achado conforme, é rubricado e assinado pelas partes interessadas e pelas testemunhas.

São Pedro da Aldeia, RJ, _____ de _____ de 202x.

Permitente

Permissionária

Testemunhas:

ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

_____, (Razão Social),
Inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de
seu representante legal o(a) Sr(a)
_____, portador(a) da carteira de
Identidade – RG nº _____ e inscrito no CPF sob o nº
_____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, cumprindo o disposto no
inciso XXXII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito
anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis
anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer
fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de Jovem
Aprendiz (). *(Obs: Assinalar apenas em caso afirmativo)*

São Pedro da Aldeia, _____ de _____ de 202x.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Entidade

ANEXO IX

MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Em cumprimento ao Edital de Chamamento Público nº XX/XXXX, atesto que o (a) responsável técnico desta Pessoa Jurídica (ou o (a) Representante credenciado (a) da Organização Social) _____, vistoriou as instalações físicas do Pronto Socorro Municipal Dr Jose Seve Neto - PSMJSN, situado a Rua Prefeito Waldir da Silva Lobo, 02, Morro do Milagre, no Município de São Pedro da Aldeia e tomou ciência dos equipamentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia - SESAU.

São Pedro da Aldeia, _____ de ____ de 202x.

Assinatura e identificação do Representante da SESAU

Assinatura e identificação do Representante Legal da Entidade

ANEXO X

MODELO DE CREDENCIAL DO REPRESENTANTE DA ENTIDADE

Pelo presente instrumento de representação, credencio o (a) senhor (a) _____ (nacionalidade, estado civil, profissão) portador (a) do Registro de Identidade nº _____, expedida pela _____ devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade do _____, Estado do _____ à Rua _____, nº _____, como meu mandatário, para representar esta Pessoa Jurídica, podendo praticar todos os atos necessários relativos ao Edital de Chamamento Público nº XXX/XXXXX.

Preliminarmente, declaro que Entidade aceita, sem ressalvas, as condições previstas no referido Edital.

São Pedro da Aldeia, _____ de _____ de 202x.

Assinatura e identificação do representante da Entidade

ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL

Pela presente DECLARAÇÃO torno público para o fim que se especifica no Edital de Chamamento Público nº XXX/XXXX, que conheço o inteiro teor do Edital que objetiva sistematizar a melhor escolha para organização, administração e gerenciamento do **Pronto Socorro Municipal Dr Jose Seve Neto - PSMJSN**, no **Município de São Pedro da Aldeia**, com vistas à prestação de serviços de organização, administração e gerenciamento.

Declaro que conheço e observarei as leis e normas jurídicas que respaldam tal edital, em especial a Lei Federal 8.080/90, Lei Municipal nº 3.169, de 07 de novembro de 2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 154 de 16 de novembro de 2023 e que respeitarei o caráter público da Unidade e os princípios basilares do SUS e da Administração Pública.

São Pedro da Aldeia, _____ de ____ de 202x.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Entidade

ANEXO XII

MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de representação, credencio o (a) senhor (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, (nacionalidade, estado civil, profissão) portador do Registro de Identidade nº _____, expedido pela _____ devidamente inscrito (a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____, residente e domiciliado (a) na cidade do _____, Estado do _____ à Rua _____, nº _____, na forma de seu estatuto, outorga a: (OUTORGADO) _____ (nacionalidade, estado civil, profissão), portador (a) do Registro de Identidade nº _____, expedida pelo _____, residente e domiciliado (a) na cidade do _____, Estado do _____, à Rua _____, nº _____, PODERES para assinar em nome da Outorgante o eventual Contrato de Prestação de Serviços e demais documentos relativos à execução do objeto licitado pela Secretaria Municipal de Saúde, em ____/____/_____, conforme Aviso de Edital de Chamamento Público nº XXX/XXXX publicado no Boletim Informativo do Município de São Pedro da Aldeia do dia XX/XX/XXXX, podendo o dito, no exercício do presente mandato, praticar todos os atos necessários ao seu fiel cumprimento, obrigando-nos e aos nossos sucessores, pelo que tudo dá por bom, firme e valioso.

São Pedro da Aldeia, _____ de _____ de 202x.

(Assinatura e identificação do Outorgante)

ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTA

Eu, _____ (representante do licitante), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, na condição de representante legal devidamente constituído (a) de _____ (identificação do licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, para fins do disposto no Edital do presente Chamamento Público, declaro, sob as penas da lei, que efetuei a vista de todas as páginas dos documentos de habilitação e das propostas Técnico-financeiras apresentadas na sessão realizada no dia ____ de _____ de _____.

São Pedro da Aldeia, _____ de ____ de 202x.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Entidade

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Eu, _____ (representante do licitante), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, na condição de representante legal devidamente constituído (a) de _____ (identificação do licitante), inscrito (a) no CNPJ sob o nº _____, para fins do disposto no Edital do presente Chamamento Público, declaro, sob as penas da lei, que possuímos pleno conhecimento de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir sobre a execução do contrato de gestão em tela, pelo que não alegaremos desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas para com o Município.

São Pedro da Aldeia, _____ de ____ de 202x.

Assinatura e identificação do Representante Legal da Entidade